

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 42/2014

Período: 15/11/2014 – 21/11/2014

GEDES – Brasil

- 1- Comissão Nacional da Verdade aponta responsabilidade institucional dos cinco ex-presidentes militares
- 2- Militares aguardam uma mudança nos comandos das Forças Armadas
- 3- Almirante Mario Cesar Flores discorreu sobre a ausência dos temas política externa e defesa nacional nos programas eleitorais de 2014

1- Comissão Nacional da Verdade aponta responsabilidade institucional dos cinco ex-presidentes militares

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentará os cinco militares que ocuparam a Presidência da República durante o regime militar (1964-1985) como responsáveis institucionais pelas violações de direitos humanos ocorridas no período. Além dos presidentes, os três comandantes das Forças Armadas integrantes da junta que governou o país entre agosto e outubro de 1969 também serão responsabilizados por estas violações, que consistiam em prisões ilegais, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados de opositores políticos. Segundo os advogados José Carlos Dias e Rosa Maria Cardoso, integrantes da CNV e responsáveis pela redação do capítulo do relatório final que tratará das responsabilizações, “os presidentes militares desenvolveram em seus governos políticas baseadas na Doutrina da Segurança Nacional, que viabilizavam e davam aval às ações violentas dos órgãos de repressão política”. De acordo com Cardoso, a cúpula militar, até a Presidência da República, sabia das violações aos direitos humanos. Em relação ao papel da CNV, a advogada afirmou que “uma das obrigações da comissão, de acordo com a lei a que a criou, é apontar essas responsabilidades. O que nós vamos fazer é uma declaração pública de responsabilidade institucional das pessoas que governaram o país”. No entanto, o relatório final não possui valor jurídico, uma vez que não significa a punição aos ex-presidentes do ponto de vista criminal ou cível. Das recomendações acerca das mudanças políticas, administrativas e institucionais presentes no relatório final, José Carlos Dias considerou como primordial o tratamento da anistia aos agentes de Estado acusados de violações dos direitos humanos: “no nosso entendimento, crimes contra a humanidade, como a tortura, não são suscetíveis de anistia e não têm prazo para prescrever”. Segundo *O Estado*, o relatório final será entregue à presidente da República, Dilma Rousseff, no dia 10 de dezembro de 2014, data comemorativa do Dia Internacional dos Direitos Humanos. (O Estado de S. Paulo – Política – 16/11/14)

2- Militares aguardam uma mudança nos comandos das Forças Armadas

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, há uma grande expectativa entre os militares sobre a escolha dos comandantes da Marinha, do Exército e

da Aeronáutica para o segundo mandato da presidenta da República, Dilma Rousseff. Segundo o *Correio*, a expectativa se deve ao fato de que a manutenção dos atuais comandantes, no poder desde 2007, estaciona “a fila de promoções nos escalões subsequentes”. Apesar de não haver algum impedimento explícito sobre o limite de tempo para permanência de um comandante no cargo, o general Castelo Branco instituiu, em 1960, um princípio que estabelece o rodízio de militares nos cargos superiores para evitar o acúmulo de poder e promover a entrada de novas ideias nos comandos. Sem a rotação dos militares no poder, aqueles que poderiam ocupar um cargo de comando não conseguem tal posição antes de entrarem na reserva. Rousseff poderia escolher um militar da reserva, mas essa decisão prolongaria a estagnação das promoções, uma vez que os militares da reserva não fazem mais parte do quadro. De acordo com o *Correio*, Rousseff ainda não se manifestou em relação à possibilidade de mudanças no Ministério da Defesa e nos comandos das Forças Armadas. (*Correio Braziliense – Política – 17/11/14*)

3- Almirante Mario Cesar Flores discorreu sobre a ausência dos temas política externa e defesa nacional nos programas eleitorais de 2014

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Mario Cesar Flores, almirante-de-esquadra do Brasil e ex-ministro da Marinha no governo do presidente Fernando Collor de Mello, discorreu sobre a ausência nos programas eleitorais de todos os candidatos à presidência da República de temas que “frequentam o cotidiano da mídia mundial”: as relações internacionais e a defesa nacional. Flores relatou que nas campanhas dos então candidatos Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva, o Brasil era apresentado como um país que não afetava ou era afetado pela conjuntura do mundo na economia, na “(des)ordem política e social e no meio ambiente”, mostrando ser um país seguro, imune a ameaças e sem motivos para uma preocupação com a defesa nacional. O almirante relatou que o Brasil, sendo a 7ª economia global, não poderia ser indiferente aos “destemperos desumanos”, como os massacres africanos, a atuação do Estado Islâmico e o sofrimento dos povos “pela desordem político-social” e catástrofes naturais. Para o almirante, “a pretensão à cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) pressupõe a aceitação da responsabilidade correlata”. Flores também descreveu que atualmente não existem de fato ameaças clássicas ao Brasil, mas que a dinâmica da História não sugere a “continuidade indefinida” da atual situação e, portanto, Forças Armadas modernas não podem ser improvisadas quando uma ameaça surgir repentinamente. Neste sentido, o almirante afirmou que não se deve cultivar perspectivas radicais para a defesa nacional, mas que isto não significa ignorar sua responsabilidade do “alto nível político”. Em conclusão, Flores argumentou que a propaganda eleitoral de 2014 praticamente ignorou a política externa e a defesa nacional, pois esses temas “não rendem votos, por ignorância, indiferença mental e porque se trata de temas que – tanto quanto a grande massa pode entender – não afetam seu cotidiano comumente sofrido”. (*O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 19/11/14*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)